INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Relatório dos Auditores Independentes

INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.....

Balanço Patrimonial.....

Demonstração do Resultado do Período.....

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....

INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO

CNPJ. : 62.778.576/0001-31

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS"

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/04B44-BE07D-5CB78-DDB2F

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/04B44-BE07D-5CB78-DDB2F

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 17 de Abril de 2023

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/04B44-BE07D-5CB78-DDB2F

FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCON

ICP Brasil

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO (14782348819)
Data: 4/20/2023 1:13:49 PM -03:00

FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCON

ICP Brasil

VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 04B44-BE07D-5CB78-DDB2F

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

https://fenacondoc.com.br/valida-documento/04B44-BE07D-5CB78-DDB2F

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:

CASA
DO POVO

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**4.508.758,54**	**2.469.173,20**
Bancos conta movimento	1	99,50	291.735,44
Aplicações financeiras	1	4.468.055,93	2.175.782,02
Créditos	2	40.000,00	674,80
Tributos federais a recuperar	3	603,11	603,11
Despesas exercicio seguinte	3	-	377,83
NÃO CIRCULANTE		**6.794.358,66**	**34.752,05**
Imobilizado	4	6.794.358,66	34.752,05
TOTAL DO ATIVO		**11.303.117,20**	**2.503.925,25**
PASSIVO			
CIRCULANTE		**2.197.887,07**	**1.493.529,64**
Encargos Sociais a recolher	5	4.458,15	4.878,38
Projetos a realizar	6	2.140.349,16	1.432.384,28
Obrigações Fiscais	7	39.100,54	43.821,16
Provisões Trabalhistas	8	13.979,22	12.445,82
NÃO CIRCULANTE		**91.413,76**	**134.541,28**
Parcelamentos	7	91.413,76	134.541,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	**9.013.816,37**	**875.854,33**
Patrimônio Social		875.854,33	482.974,92
Ajustes de avaliação patrimonial		6.764.403,47	-
Superávit/ Deficit do Exercício		1.373.558,57	392.879,41
TOTAL DO PASSIVO		**11.303.117,20**	**2.503.925,25**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CASA
DO POVO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022

		2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS	**Nota**	**3.726.415,27**	**3.004.720,45**
Receitas das atividades	11	**3.726.415,27**	**3.004.720,45**
Subvenções Governamentais - União		1.179.867,05	966.516,99
Subvenções Governamentais - Estados		124.066,80	237.217,05
Subvenções Governamentais - Municipios		-	18.000,00
Subvenções Não Governamentais de Pessoas Jurídicas		889.986,80	1.314.621,06
Doações Não Governamentais - Pessoas Físicas e Jurídicas		101.004,31	120.298,22
Receita com emissão de nota fiscal		-	105.851,00
Mensalidades		6.427,44	22.543,70
Outras Receitas das Atividades		930.311,92	116.688,53
Receita de aluguéis		182.665,64	76.680,50
Receitas de Aplicações Financeiras		312.085,31	26.303,40
DESPESAS OPERACIONAIS	11	**(2.352.856,70)**	**(2.611.841,04)**
DESPESA COM PESSOAL		**(161.640,48)**	**(158.121,71)**
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações a E		(102.097,15)	(107.402,62)
Encargos Sociais com Empregados		(35.056,99)	(32.447,07)
Despesa com Provisão para Remuneração e Encargos dos Emprega		(13.949,22)	(12.445,82)
Outros Gastos com Empregados		-	(5.826,20)
Alimentação/ Refeição		(8.800,00)	-
Vale Transporte		(1.737,12)	-
DESPESAS DAS ATIVIDADES	11	**(2.153.457,70)**	**(2.222.327,37)**
Despesas com Subvenções, Contribuições e Doações			
Prestação de Serviços por Pessoas Jurídicas - apoio a projetos		(853.524,13)	(745.637,06)
Outros gastos gastos pessoa juridica - apoio a projetos		-	(21.000,00)
Prestação de Serviços por Pessoas Jurídicas - Institucional		(206.171,26)	(180.180,14)
Despesas de Consumo (Água/Esgoto/Energia Elétrica/Comunicaçã		(37.476,09)	(22.190,38)
Despesas de Consumo (Materiais de Expediente)		(83.549,25)	(52.296,00)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens e Instalações		(156.180,19)	(163.511,38)
Despesas com Viagens, Diárias e Ajuda de Custo		(3.784,93)	(1.881,85)
Propaganda, Publicidade e Patrocínio		-	(454,25)
Depreciações e amortizações		(12.182,34)	(3.587,78)
Outras Despesas Administrativas		(14.214,10)	(1.218,63)
Atendimento		-	(2.300,00)
Assessoramento		-	(1.871,20)
Outras despesas relac. programas, projetos ou ações		(62.584,55)	(145.195,65)
Prestação de serviços por pessoas juridicas (projetos, editais e eventos)		(723.790,86)	(849.268,43)
Despesas por programas de apoios, projetos ou ações assistenciais		-	(31.734,62)
DESPESAS FIN. E TRIBUTARIAS	11	**(37.758,52)**	**(231.391,96)**
Multas (trib)		(25,73)	(187.224,54)
Despesa de juros e multas (fin)		(18,43)	(3.103,82)
IRRF s/ aplicação financeira		(15.820,16)	(9.984,57)
Outras Despesas Financeiras		(5.853,11)	(11.493,81)
Despesa com tributos Federais		(6.602,90)	(4.965,65)
Despesa com tributos Estaduais		-	(4.478,04)
Despesas com Tributos Municipais		(9.438,19)	(10.141,53)
(Superávit) /Déficit do Exercício	12	**1.373.558,57**	**392.879,41**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CASA DO POVO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2022

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**202.127,42**		**280.847,50**	**482.974,92**
Incorporação para Patrimônio	280.847,50	-	(280.847,50)	-
Superávit do Exercício	-	-	392.879,41	392.879,41
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**482.974,92**		**392.879,41**	**875.854,33**
Incorporação para Patrimônio	392.879,41		(392.879,41)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	6.764.403,47	-	6.764.403,47
Superávit do Exercício	-		1.373.558,57	1.373.558,57
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**875.854,33**	**6.764.403,47**	**1.373.558,57**	**9.013.816,37**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CASA
DO POVO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
a) Resultado Ajustado	**1.385.740,91**	**396.467,19**
Superávit/ deficit do exercício	1.373.558,57	392.879,41
Depreciação	12.182,34	3.587,78
b) Decréscimo (Acréscimo) do Ativo	**(38.947,37)**	**(1.269,31)**
Valores a receber	(39.325,20)	(674,80)
Despesas antecipadas	377,83	8,60
Tributos federais a recuperar	-	(603,11)
c) Acréscimo (Decréscimo) do Passivo	**661.229,91**	**230.007,24**
Encargos sociais a recolher	(420,23)	669,10
Projetos a realizar	707.964,88	63.875,96
Obrigações a pagar	-	(21.062,55)
Obrigações fiscais	(4.720,62)	42.237,99
Provisão Trabalhistas	1.533,40	9.745,46
Parcelamentos	(43.127,52)	134.541,28
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2.008.023,45**	**625.205,12**
Aquisição de Ativo Imobilizado	(7.385,48)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(7.385,48)**	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.000.637,97**	**625.205,12**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**2.000.637,97**	**625.205,12**
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.467.517,46	1.842.312,34
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.468.155,43	2.467.517,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CASA
DO POVO

INSTITUTO CULTURAL CASA DO POVO CNPJ 62.778.576/0001-31- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa do Povo é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída em 31 de março de 1948, sob a forma de associação de defesa de direitos sociais, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo. A Casa fica localizada na Rua Três Rios 252 no centro da cidade na cidade do Bom Retiro.

A Casa do Povo é um centro cultural que revisita e reinventa as noções de cultura, comunidade e memória.

Habitada por uma dezena de grupos, movimentos e coletivos, alguns há décadas e outros mais recentes, a Casa do Povo atua no campo expandido da cultura. Sua programação transdisciplinar, processual e engajada entende a arte como ferramenta crítica dentro de um processo de transformação social. Sem grade fixa de programação e com horários flexíveis, a Casa do Povo se adapta às necessidades de cada projeto, de forma a atender tanto associações do bairro quanto propostas artísticas fora dos padrões. Seus eixos de trabalho (memória, práticas coletivas e engajadas, diálogo e envolvimento com o seu entorno) são pensados a partir do contexto contemporâneo em relação direta com suas premissas históricas, judaicas e humanistas.

A associação tem por objetivo estatutário promover os valores culturais em geral e, em particular os que identifiquem as comunidades brasileiras e de origem judaica, em todo o território nacional, por meio da promoção de atividades culturais, educacionais, sociais e assistenciais.

1 Informações extraídas do site da Organização e do estatuto

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2022, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)
A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;
Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;
Os valores de caixa e equivalente de Caixa, em 2022 foi de 4.470.177,43 desse valor, 58% estão relacionados com projetos a realizar, e o restante é o recurso institucional.

Caixa e Equivalente de Caixa	**2022**	**2021**
BANCO CONTA MOVIMENTO	99,50	291.735,44
BANCO CONTA APLICAÇÃO	4.468.055,93	2.175.782,02
Total	**4.468.155,43**	**2.467.517,46**

2- Créditos: Apresentamos nessas contas créditos que a Organização tem a receber, em 2022 adiantamento de férias referente folha de pagamento que foi descontado da funcionaria na folha de janeiro de 2022.
3 – Despesa do exercício seguinte e Tributos federais a recuperar: Apresentamos nessa conta os valores de seguro do Imóvel a ser apropriado para 2022. Ao vencimento da vigência do seguro, esse valor será totalmente apropriado e ao assegurar o imóvel novamente é reconhecida nova apropriação.
Os tributos federais a recuperar, trata-se de impostos que foram debitados duas vezes da conta corrente, e por serem IRRF sobre folha e FGTS, iremos solicitar a compensação do imposto sobre folha.
4 – Imobilizado: A Casa do povo em 2022 adotou a prática do "custo atribuído" (*deemedcost*) a partir de dezembro de 2022, conforme opção prevista na Resolução CFC no 1.409/12, e detalhada nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - "Ativo Imobilizado e da ICPC 10".

IMOBILIZADO	Saldo Inicial	Aquisição	Baixa	Saldo Final
Terrenos	0,00	3.800.000,00	0,00	3.800.000,00
Edifícios e Construções	53.976,99	2.689.582,31	43.559,30	2.700.000,00
Equipamentos de Informática	0,00	59.710,00	0,00	59.710,00
Equipamentos de Som, Áudio e Vídeo	0,00	13.760,00	0,00	13.760,00
Máquinas, Equipamentos e Instalações	2713	9.027,00	0,00	11.740,00
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	33.616,79	157.709,64	11.995,43	179.331,00
Instrumentos Musicais	0,00	42.000,00	0,00	42.000,00
(-) Depreciação Acumulada	- 55.554,73	55.554,73	12.182,34	-12.182,34
Saldo total de Imobilizado	**34.752,05**	**6.827.343,68**	**67.737,07**	**6.794.358,66**

5 – Encargos sociais a recolher: Os valores registrados nesse grupo trata-se de encargos de folha de pagamento: INSS a recolher, FGTS a recolher, IRRF sobre salários e PIS sobre folha de pagamento.

	2022	2021
INSS à Recolher	2.678,39	3.368,53
FGTS à Recolher	907,72	833,14
Demais Encargos à Recolher	872,14	676,71
Total	**4.458,25**	**4.878,38**

6 – Projetos a realizar – Subvenções e/ ou convênios públicos resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07): São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos públicos e privados, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções públicas e privadas, a Entidade atendeu a Resolução no. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamental e a Resolução do CFC No 1409/12 que aprovou a ITG 2002. Adicionalmente, a Administração reconhece que deverá ser registrado como passivo a realizar de subvenções apenas o que é recurso de lei de incentivo.

	2022	2021
A realizar - C/C 49328 Proac ICMS | Plano Anual 2018 rev. 20	0,00	7,44c
A realizar - C/C 51261-3 MINC PRONAC 203923	1.605.431,25c	1.140.718,84c
A realizar - PROAC plan anual n.o 37/2021 - c/c 46335-3	134.917,91c	291.658,00c
A Realizar - C/C BB 37094-0 Proac Nhande i va e Reko	100.000,00c	0,00
A Realizar C/C BB 37127-0 Proac Poperopera Transatlantica	200.000,00c	0,00
A Realizar C/C BB 37181-5 Proac Umbral	100.000,00c	0,00
	2.140.349,16c	**1.432.384,28c**

7 - Obrigações Fiscais: Estão registrados nas obrigações fiscais imposto retido sobre serviços tomados, e ISS referente nota fiscal de serviços prestados pela Instituição. Adicionalmente em 2022, a Casa do Povo foi acionada pela prefeitura de São Paulo referente multas diversas, como obra em geral, segurança, postura em geral. Destas multas algumas eram devidas outras não, o que foi devido gerou dois PPIS (programa de parcelamento incentivado) que foi apresentado no Passivo circulante e não circulante conforme quadro a seguir, no curto prazo estão lançadas as 12 parcelas a serem pagas em 2022 e no longo prazo as parcelas a serem pagas nos próximos anos:

	2022	2021
CURTO PRAZO		
Tributos Federais a Recolher	177,83	177,83
Tributos Municipais a Recolher	0,00	515,76
PPI Municipal número 17758421-1 60 parcelas Total R$73.571,4	12.032,06	14.714,28
PPI Municipal número 4156665-3 48 parcelas Valor total R$113	26.890,65	28.413,29
TOTAL CURTO PRAZO	39.100,54	43.821,16
LONGO PRAZO		
PPI Municipal número 17758421-1 60 parcelas Total R$73.571,4	41.690,48	56.404,76
PPI Municipal número 4156665-3 48 parcelas Valor total R$113	49.723,28	78.136,52
TOTAL LONGO PRAZO	**91.413,76**	**134.541,28**

8 – Provisões trabalhistas: Foi registrado como provisão de natureza trabalhista em 2022 os saldos de férias mais impostos a serem pagos a funcionárias o valor de R$ 13.979,22

9 - Patrimônio líquido: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social o Ajuste de Avaliação Patrimonial e acrescido do superávit do exercício de R$ 1.373.558,57 conforme apresentado na DMPL.

10 - As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

Receitas (Resolução CFC No. NBC TG 47 de 2016): Em atendimento a Resolução do CFC No. NBC TG 47 de 2016, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (receitas provenientes de convênios firmados com empresas privadas), são registradas pelos valores contratados pelos convênios firmados.

RECEITAS OPERACIONAIS		**3.726.415,27**	**3.004.720,45**
Receitas das atividades	11	3.726.415,27	3.004.720,45
Subvenções Governamentais - União		1.179.867,05	966.516,99
Subvenções Governamentais - Estados		124.066,80	237.217,05
Subvenções Governamentais - Municípios		0,00	18.000,00
Subvenções Não Governamentais de Pessoas Jurídicas		889.986,80	1.314.621,06
Doações Não Governamentais - Pessoas Físicas e Jurídicas		101.004,31	120.298,22
Receita com emissão de nota fiscal		0,00	105.851,00
Mensalidades		6.427,44	22.543,70
Outras Receitas das Atividades		930.311,92	116.688,53
Receita de aluguéis		182.665,64	76.680,50
Receitas de Aplicações Financeiras		312.085,31	26.303,40

11 - Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

12 – Resultado do período: O superávit do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

	2022	**2021**
Total de Receitas	3.726.415,27	3.004.720,45
Total de Despesas	-2.352.856,70	-2.611.841,04
Superávit/ Déficit	**1.373.558,57**	**392.879,41**

13 - Provisão passivos contingentes (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25): Em 31/12/2022 a entidade possuía as seguintes disputas jurídicas, conforme apresentado na carta de circularização dos advogados:

A entidade possui processos reconhecidos como causas possíveis de perda totalizando R$ 20.510.037,81, não possuindo em 31/12/2022 nenhum processo reconhecido como provável a ser registrado no balanço.

14 – Da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

São Paulo, 31 de dezembro 2022

MARCELA DO AMARAL BRITTO DE CASTRO:27677322883 Assinado de forma digital por MARCELA DO AMARAL BRITTO DE CASTRO:27677322883 Dados: 2023.05.30 14:51:06 -03'00'

Marcela do Amaral Britto de Castro
Direção executiva
CPF 276.773.228-83

RAUL PAULINO TORRES:31463788843 Assinado de forma digital por RAUL PAULINO TORRES:31463788843 Dados: 2023.05.25 16:53:08 -03'00'

Raul Paulino Torres
CRC: SP265092/O-6
CPF: 314.637.888-43

BENJAMIN DAVID PIERRE SEROUSSI:23269094884 Assinado de forma digital por BENJAMIN DAVID PIERRE SEROUSSI:23269094884 Dados: 2023.05.30 14:51:46 -03'00'

Benjamin Seroussi
Direção executiva
CPF 232.690.948-84